

Editorial / Editorial

A política editorial que vem sendo construída pela Revista de Educação alcançou maior expressividade com a introdução, a partir de 2011, de uma Seção Temática, versando sobre temas de relevância no cenário educacional brasileiro, propiciando aos leitores a obtenção de um conjunto de leituras sobre um determinado tema em um mesmo número.

O primeiro tema, *O Plano Nacional de Educação*, foi discutido sob diferentes pontos de vista e abordagens teóricas, nos seis artigos que compuseram a referida seção. No número seguinte, outro tema não apenas relevante, mas também bastante polêmico, *O Ensino Fundamental de Nove anos*, intitulou a seção temática do segundo número, contribuindo com a divulgação e ampliação do debate sobre as determinações postas pela Lei nº 11.274/2006.

Tal foi a mobilização provocada no meio acadêmico-científico nacional pela edição da referida Lei, que o quantitativo de submissões de artigos à Revista de Educação, superou amplamente as expectativas, nos remetendo à organização de uma 2ª edição da seção temática sobre *O Ensino Fundamental de Nove anos*. Assim, diante da qualidade da produção científica apresentada e respeitando a diversidade de proposições teóricas trazidas nos artigos, a seção temática do primeiro número de 2012 abordará novamente *O Ensino Fundamental de Nove anos*.

Iniciamos a seção refletindo sobre os desdobramentos provocados pela ampliação do Ensino Fundamental de oito para nove anos por meio do artigo de Doralice Aparecida Paranzini Gorni, Sandra Maieski e Vânia Regina Barbosa Flauzino Machado. O artigo intitulado *Ensino fundamental de nove anos: os desdobramentos de uma política educacional* analisa a materialização dessa medida resgatando o processo da expansão da escolaridade obrigatória no Brasil e a reflexão das razões para tantos embates na efetivação da Lei nº 11.274/2006, com vistas a analisar as implicações pedagógicas da atual legislação. Como conclusão, o artigo destaca a necessidade de valorização da infância e os aspectos pedagógicos próprios dessa fase.

Tomando como base a noção de governamentalidade desenvolvida por Michel Foucault e analisando documentos que tratam da política de Ensino Fundamental de nove anos, o artigo *O lugar das crianças de seis anos no ensino fundamental de nove anos*, de autoria de Maria Renata Alonso Mota, discute como o Ensino Fundamental de nove anos está inserido em práticas de governo da infância e, ainda, como essas práticas possibilitam outro lugar escolar para as crianças de seis anos. A autora tenta mostrar que, com o deslocamento das crianças de seis anos para o Ensino Fundamental, ocorre um esmaecimento de fronteiras entre os dois níveis educacionais e que tal deslocamento pode estar provocando a produção de um sujeito aluno de seis anos.

A preocupação com a criança no contexto dessa política educacional também é abordada por Elieuzza Aparecida de Lima e Amanda Valiengo, no artigo intitulado *Ensino fundamental de nove anos: articulações necessárias com a educação infantil*. Com base nos pressupostos da Teoria Histórico-Cultural as autoras analisam contextos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, tendo como foco o lugar da brincadeira na rotina educacional com turmas de crianças de cinco a seis anos, especificamente sobre a brincadeira de faz-de-conta que é a atividade principal da criança e pode ser considerada como mediadora dos aprendizados e possibilidades de humanização até aproximadamente seis anos.

O brincar infantil continua em pauta no artigo *Brincadeiras, atividades e interações das crianças do primeiro ano do ensino fundamental*, de autoria de Susana Inês Molon e Alana Soares Albuquerque, cujo objetivo é

compreender, do ponto de vista da abordagem sócio-histórica, como as crianças de seis anos estão vivendo e experimentando a infância no contexto de ensinar e aprender. As análises revelam que o lúdico e as diferentes linguagens estão sempre presentes nas práticas pedagógicas e que a formação continuada das professoras é fundamental para compreender essa nova modalidade de ensino.

Tão importante quanto a criança e o brincar infantil, o aprendizado da linguagem escrita é outro aspecto que tem merecido a realização de pesquisas científicas quando falamos da ampliação do Ensino Fundamental de oito para nove anos. O artigo intitulado *A criança de seis anos no ensino fundamental na perspectiva de mães e professoras*, de autoria de Michelha Vaz Pedrosa e Rita Márcia Andrade Vaz de Mello, aborda a representação que as mães têm da alfabetização, analisando a entrada da criança de seis anos no Ensino Fundamental, assim como, buscam verificar a existência de influência destas mães sobre o trabalho das professoras neste quesito. Os resultados indicaram uma tendência por parte das mães em associar o atual primeiro ano de escolaridade à antiga primeira série, o que as leva, em muitos momentos, a depositar sobre a criança de seis anos e sobre o trabalho da escola as mesmas expectativas de aprendizagem e desenvolvimento antes depositadas nas crianças de sete anos.

A seguir, Thuinie Medeiros Vilela Daros e Armando Daros Junior, no artigo *O ensino da linguagem escrita das crianças de cinco anos inseridas na reorganização do ensino fundamental*, discutem o processo de consolidação do Ensino Fundamental de nove anos na rede pública de ensino de Foz do Iguaçu (PR) e põe em questão as peculiaridades da inserção das crianças com cinco anos de idade. A pesquisa, ancorada nos pressupostos da Teoria histórico-cultural, teve como foco verificar os encaminhamentos pedagógicos acerca do ensino da linguagem escrita nas classes de primeiro ano das escolas públicas nos anos de 2009 e 2010, evidenciando a prevalência dos métodos tradicionais nas atividades de ensino.

Abordando os desafios contemporâneos enfrentados pelos docentes no que se refere à alfabetização e letramento, o artigo de Márcia Martins de Oliveira Abreu intitulado *Alfabetização e letramento: desafios contemporâneos à docência nas séries iniciais*, apresenta resultados de investigação que objetivou analisar as transformações conceituais e metodológicas dos processos de alfabetização e letramento decorrentes da implementação do Ensino Fundamental de nove anos na rede municipal de ensino de Uberlândia (MG). O estudo permitiu reflexões sobre a caracterização da criança de seis anos, bem como o trabalho pedagógico desenvolvido com a mesma, nos quais os sujeitos revelaram suas práticas e concepções sobre os processos de alfabetização e letramento, refletidos nos discursos e nas ações cotidianas.

Concluindo a seção temática, o artigo *Narrativas de alfabetizadoras: a ampliação do ensino fundamental e os discursos docentes*, de autoria de Jamily Charão Vargas e Helenise Sangoi Antunes, mostra que a política de ampliação do Ensino Fundamental para nove anos trouxe muitas discussões, acarretando mudanças nas instituições e nas práticas docentes. Abordam as questões legais e alguns estudos em torno da ampliação do Ensino Fundamental, da alfabetização e das práticas lúdicas na infância, adentrando nas concepções e práticas dos professores. Destacam que, mesmo diante dos desafios, as preocupações com a infância, o brincar e a alfabetização, são projetadas para as práticas com o primeiro ano.

A seção de temas livres, constitui-se de três artigos, sendo o primeiro deles de autoria de Alessandra Marques da Cunha, Stella de Lourdes Garcia e Claudia Raimundo Reyes, intitulado *Produção textual no ensino fundamental: refletindo sobre a prática pedagógica*, que apresenta uma pesquisa colaborativa dialógica, realizada sobre a prática de produção textual nos anos iniciais do Ensino Fundamental, cujos resultados indicam uma alteração significativa nas práticas pedagógicas e também uma melhora na produção textual dos educandos.

O artigo *Relação família-escola transmutada: da aderência aos papéis à experiência social*, de Marlice de Oliveira e Nogueira, por sua vez, tem como objetivo principal refletir sobre a construção do indivíduo e dos processos de socialização, no contexto da relação entre famílias e escolas, tendo como pano de fundo, as mudanças

sofridas pelas duas instâncias educativas, na contemporaneidade: a família e a escola, analisando a tensão vivida pelos indivíduos, entre a necessidade de integração social e a construção das experiências individuais.

Encerrando este número, o artigo de Júlio César Penereiro, Denise Helena Lombardo Ferreira e Tadeu Fernandes de Carvalho, intitulado *Aspectos históricos do ensino da física na região de Campinas no início da década de 1940*, objetiva contribuir para a compreensão do desenvolvimento do Ensino de Física no Brasil, a partir da história de seu ensino na região de Campinas (SP), no início da década de 1940. A pesquisa desenvolvida destaca aspectos históricos da criação das primeiras universidades brasileiras e, particularmente, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, cujos primeiros cursos completaram 70 anos em 2011.

Esperamos que este número da Revista de Educação possa trazer aos estudiosos e interessados na área da educação reflexões que estimulem o salutar e necessário debate acadêmico-científico e sirva de base para a continuidade de pesquisas sobre diferentes aspectos da educação em nosso país.

Heloisa Helena Oliveira de Azevedo
Editora